


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0014684-61.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem**
 Requerente: **Lucia Helena da Fonseca**
 Requerido: **Imobiliaria Cardinali Ss Ltda**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença onde a ré alega excesso de execução no tocante ao valor pleiteado pela autora.

Defende ser descabida a pretensão autoral ao incluir, no cálculo de atualização da dívida, a multa de 10% a que alude o artigo 475-J, do Código de Processo Civil, por ausência de anterior intimação ao pagamento do débito nesse sentido.

Em resposta a autora destacou que tal comando já se fez constar no decisório que julgou procedente o seu pedido.

Com razão a autora.

De fato, o penúltimo parágrafo da sentença de fls. 144/148 deixou clara a intimação da ré a proceder ao pagamento da quantia a que fora condenada, em até quinze dias após o trânsito em julgado, sob pena da incidência da multa de 10%, conforme prevê o artigo 475-J, acima mencionado.

O fato de a ré ter interposto recurso de apelação contra aquele decisório, o qual foi mantido na sua íntegra pelo Colégio Recursal, não a eximiu daquela obrigação de pagar dentro do prazo lá fixado. Ou seja, após transitado em julgado o v. acórdão. O que ocorreu em 12/11/2013 (cf. certidão de fl.182).

Anoto, para todos os efeitos, que o substabelecimento da defensora da ré, sem reserva de poderes (fl. 183), juntado após a publicação da súmula do julgamento no D.J.E., deve ser considerado somente a partir da sua intervenção nos autos, não tendo efeito retroativo, sob pena de se desmerecer em prazos peremptórios já consumados ou em vias de sê-lo, não lhe ensejando o direito à devolução desses prazos.

Como se vê, não restava outra opção à ré a não ser o imediato cumprimento da coisa julgada material, sob pena de se sujeitar à incidência da multa penal de 10%, conforme bem demonstrado no requerimento e nos cálculos de fls.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

187/188, devidamente acolhidos pela decisão de fl. 189.

Isto posto, rejeito a impugnação apresentada pela ré e autorizo a autora a proceder ao levantamento integral do depósito de fl. 192. Expeça-se mandado para tal finalidade.

extinta esta ação.

Com fundamento no art. 749, I, do C.P.C., **julgo**

de praxe.

Oportunamente, destruam-se os autos com as cautelas

P.R.I.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**